

Literatura e Religião

Francisco Maciel Silveira

1 Limites

Literatura — território livre cujas fronteiras, mais que nunca imaginárias e nem sempre bem demarcadas, permitem se confunda seu âmbito (e limites) com outras formas de conhecimento humano. Às vezes até as mais antípodas. Bastaria lembrar, na segunda metade do século XIX, a falaciosa e equívoca pretensão nutrida pela Literatura dita naturalista de tornar-se Ciência: “Visto que a Medicina, que era uma arte, está se tornando uma Ciência, por que a própria Literatura não se tornaria uma Ciência, graças ao método experimental?” (1982, p.55) — considerava Zola num ensaio-manifesto intitulado *O Romance Experimental*.¹ Sob tal anseio a Literatura pôs avental, estudou compêndios de psicofisiologia, tomou a pena por bisturi e dissecou as enfermidades morais da burguesia. Criava-se, então, a partir de exceções clínicas, o romance experimental. Ficção com sérias pretensões a registro no Conselho Regional de Medicina.

Em verdade, poder-se-ia dizer, sem ferir a tecla do exagero, que desde sempre a Literatura tem sido uma zona franca de comércio e intercâmbio com outros segmentos da Cultura e com outras formas de conhecimento da realidade. Em vista disso, caberá a este ensaio tratar de algumas relações, ora litigiosas ora ecumênicas e fraternas, entre essas duas formas de conhecimento da realidade que são a Religião e a Literatura.

Claro que, pela amplidão dos territórios aqui tocados, minha incursão deveria restringir sua zona de acesso. Limitar-me-ei, portanto, à religião cristã, e mais especificamente à religião católica, e a autores e obras da Literatura Portuguesa.

Não se deve ler nas balizas do ensaio nenhuma discriminação religiosa ou literária.

¹ ZOLA, Emile. *O Romance Experimental e o Naturalismo no Teatro*. SP: Perspectiva, 1982.

A limitação aqui proposta se deve, de um lado, ao curto alcance do engenho e arte do ensaísta: de outro, impunha-se a consideração de que, por mais extensa que fosse a paciência de quem lesse ou o saber de quem escrevesse, só por milagre caberia na angústia de um ensaio os volumes de uma biblioteca.

Assim, ao ter que delimitar ambos os campos, optei por uma manifestação religiosa mais próxima de nossa experiência com o divino e o sagrado, admitindo que o Catolicismo seja a religião quantitativamente dominante no Brasil. Quanto à Literatura, fui em demanda de uma que também fosse mais aparentada com (ou mais vizinha de) nossa experiência estética e em que se revelasse mais nítida ou marcante a contiguidade, quando não a fusão, com o Catolicismo. Assim, a Literatura Portuguesa, em grande parte de suas manifestações tão cheia de uma religiosidade muitas vezes beata, impôs-se.

2 Itinerário

Feito este introito ao altar do tema, inicio como manda o rigor do figurino em que se revestem os textos aqui trazidos à guisa de ilustração. Começo invocando as desterradas Musas do Olimpo, para que me deem um som alto e sonoro, além de luzes e imagens capazes de me guiarem os passos à coroação desse espinhoso tema. E, como bom brasileiro, aproveito o ensejo para manifestar nosso decantado sincretismo religioso, invocando também — como ensinavam os pregadores do século XVII luso-brasileiro — a inspiração de Maria Santíssima, sem cuja assistência meu discurso humano não consubstanciaria as propriedades de luz (da doutrina) e calor (dos afetos), inerentes ao Verbo divino.

Não se pense que o ensaísta, posto a invocar furiosamente Musas do Olimpo de permeio com a Virgem Maria, é doido varrido ou por varrer do convívio dos sensatos.

Em verdade vos digo, caros irmãos e irmãs em Cristo, que esta invocação aparentemente disparatada contém o mote e os aspectos que pretendo desenvolver em torno do conúbio Literatura/Religião. Invocando as desterradas Musas do Olimpo, intento sugerir que não poucas vezes a Religião, perdida ou negada sua sacralidade, serve de mero recurso retórico para uma obra ficcional ou poética. Com minha invocação à Virgem Maria, a pedir-lhe que transfunda neste discurso as propriedades de Luz e Calor do Verbo divino, tenciono insinuar que a Religião tanto pode ser tema de

uma obra de arte literária, como pode a Religião servir-se de expedientes literários para mais persuasivamente inculcar sua doutrina. Ou, à luz de uma equação mais didática que adentre os olhos e ouvidos da mente: num primeiro passo, veremos a Literatura servindo-se da Religião, a usá-la como tema ou recurso retórico; num segundo momento, teremos a Religião a servir-se da Literatura como veículo expressivo de seus ensinamentos; por fim, a fechar a trindade deste ensaio, demarcarei a zona fronteira em que Literatura e Religião confundem seus limites para imediatamente se distanciarem, bifurcando-se. Percorramos, pois, passo a passo, as estações do itinerário proposto.

3 Primeira estação: a Religião na Literatura

Ilustração de como a Religião pode servir de tema à Literatura oferece-nos *A relíquia*, de Eça de Queiroz. Publicado em 1887, o livro intenta desnudar a hipocrisia religiosa do beatismo farisaico e revelar a origem do Cristianismo.

Enfocando no sonho da personagem Teodorico/Raposo a paixão de Cristo, segundo uma perspectiva sócio-político-econômica, o intuito — aparentemente único — de Eça de Queiroz seria desmistificar e demitificar o Cristianismo, que, na óptica da narrativa, nasce do “descarado heroísmo de afirmar, que, batendo na terra com o pé forte ou palidamente elevando os olhos ao céu, cria, através da universal ilusão, ciências e religiões”.² A Ciência, encarnada no sonho do protagonista por um sábio alemão chamado Topsius, conduz Teodorico a uma singular revelação: uma afirmação falsa — a de que Cristo ressuscitara, quando na verdade o cadáver fora retirado da gruta por seus prosélitos — cria uma nova religião, o Cristianismo. Mentira em sua gênese, a religião cristã haveria de deteriorar-se em carolice hipócrita, tornada preciosa antiquilha, fonte de lucro e exploração de novos vendilhões do templo: os beatos cujo comércio espiritual com a Divindade se fazia por meio de uma religião ritualística e supersticiosa. O Cristianismo é a relíquia a que, metonimicamente, alude o título.

Ocorre que o cientificismo iconoclasta de Eça de Queiroz destrói a própria tese defendida. Se é, como registra o parágrafo final do livro, o descarado heroísmo de afirmar que cria, através da ilusão, Ciências e Religiões — a verdade científica queiroziana acerca da origem do Cristianismo também resulta daquele *descarado*

² QUEIROZ, Eça de. *A relíquia*. RJ: Tecnoprint, s.d. p. 331.

heroísmo de afirmar, dado como responsável pela gênese de qualquer Religião ou mesmo Ciência.

A escolha de *A relíquia* para ilustrar como a Religião pode servir de tema à Literatura não foi fortuita. Ditou-a a ideia deste ensaio: a da Literatura como território livre cujas fronteiras, abertas ou elásticas, se estendem a outros domínios. No caso de *A relíquia*, a Literatura, ao servir-se da Religião como tema e do método experimental como verruma crítica, nutre a pretensão de transformar-se em epistemologia —, ou seja, instrumento crítico da Filosofia na aferição dos fundamentos lógicos, do valor e alcance dos princípios, hipóteses e resultados das ciências constituídas; ferramenta, portanto, capaz de pôr em xeque o substrato de verdade que possam ter duas formas de conhecimento da realidade, como a Religião e a Ciência.³

Para exemplificar como a Religião, dessorada ou perdida sua substância, pode servir de mero recurso retórico numa obra de arte literária, chamo a atenção para *Os Lusíadas*. Em sua epopeia, a fim de tornar mais legível e aprazível a monótona viagem de Vasco da Gama a caminho das Índias, Camões transforma a mitologia não só em substrato de perífrases, comparações e símiles, a equiparar os feitos façanhudos e cavaleirosos dos “segundos argonautas” aos heróis greco-latinos. A mitologia serve-lhe também de motivo (na acepção retórica de “aquilo que move a ação”) da intriga: os obstáculos enfrentados por Vasco da Gama durante a viagem são atribuídos à intervenção divina. Particularmente, ao conflito que Baco, contrário aos desígnios portugueses, trava com Vênus, a medianeira responsável pelo bom sucesso da armada portuguesa. E, como se não bastasse, mais uma função exerce a mitologia na urdidura ideológica do poema. No Canto IX, âmbito do episódio da Ilha dos Amores, vemo-la a alegorizar o triunfo renascentista do homem sobre a Natureza — façanha que tem o condão de alçar o ser humano à condição de semideus:

Que as ninfas do oceano, tão formosas,
Tétis e a ilha angélica pintada,
Outra cousa não é que as deleitosas

³ Em *A relíquia*, mais um exemplo das fronteiras fluidas da Literatura: ei-la, agora, ao arvorar-se em epistemologia, confundindo-se com a Filosofia... Não menos fez Alberto Caeiro, ao questionar em seus poemas seja possível apreendermos e traduzirmos em palavras a verdadeira realidade dos seres e coisas. Mas isso são contos para outras páginas.

Honras que a vida fazem sublimadas.
Aqueles preminências gloriosas,
Os triunfos, a fronte coroada
De palma e louro, a glória e maravilha:
Estes são os deleites desta ilha.

Que as imortalidades que fingia
A antiguidade, que os ilustres ama,
Lá no estelante Olimpo, a quem subia
Sobre as asas ínclitas da Fama,
Por obras valerosas que fazia,
.....

Não eram senão prêmios que reparte,
Por feitos imortais e soberanos,
O mundo co'os barões que esforço e arte
Divinos os fizeram, sendo humanos.
Que Júpiter, Mercúrio, Febo e Marte,
Enéias e Quirino e os dois Tebanos,
Ceres, Palas e Juno com Diana,
Todos foram de fraca carne humana.

(IX, 89-91)

Sob a égide do Catolicismo tridentino e em perfeita consonância com os dogmas da Igreja Católica, a Mitologia, destituída de sua sacralidade religiosa (as estrofes acima citadas contêm a teoria de Evêmero, para quem todos os deuses da mitologia não passam de mortais, divinizados apenas pela natureza façanhuda e heroica de seus cometimentos e realizações), destituída de sua sacralidade religiosa, dizia eu, a Mitologia só serve para tornar os versos mais belos, reduzida, portanto, a mero expediente retórico:

... porque eu [Tétis], Saturno e Jano,
Júpiter, Juno, fomos fabulosos,
Fingidos de mortal e cego engano.
Só para fazer versos deleitosos

Servimos...

(X, 82)

4 Segunda estação: a Literatura na Religião

Tendo ilustrado, com *A relíquia* e *Os Lusíadas* como a Literatura pode servir-se da Religião como tema ou recurso retórico, podemos transitar para o segundo termo do binômio aqui proposto. Examinemos como a Religião se serve de expedientes literários para mais persuasivamente divulgar sua doutrina.

Neste capítulo, ninguém mais talhado para oferecer-se como exemplo que o oratoriano Manuel Bernardes. Por trinta e quatro anos esse padre exercitou a coerência de ser vida e exemplo da ascese cristocêntrica que doutrinava em seus escritos. Particularmente em dois títulos de sua extensa obra (*Estímulo prático para seguir o bem e fugir o mal* e os cinco volumes de *Nova floresta*) Bernardes explora a narração de casos maravilhosos e miraculosos, para mais persuasivamente divulgar o cristocentrismo de sua doutrina ascética. *Exempla-moralidade* chamam-se estes *causos* marcados pela intervenção, ora furiosamente punitiva ora amorosamente redentora, da Divindade. Com esses contos, entremeados de comentários que extraíam ensinamentos religiosos da situação narrada, a doutrina descia de sua condição de abstração especulativa ou teológica para a vida aqui e agora, aproximando-se do fiel. A verdade religiosa vestia-se da fantasia literária para mais eficazmente exercer sua função catequética.

Duas propriedades persuasivas abrigavam e exercitavam os *exempla-moralidade*. Em primeiro lugar, reduziam a especulação teológica a uma dimensão mais simples e popular, pondo a doutrina ao alcance da capacidade e inteligência do ouvinte e/ou leitor. “Contai-me destes casos muitos; porque são Teologias que entendo melhor e me deleitam, e ficam na memória.” — confessa um fiel em diálogo travado com um padre noutro livro de Bernardes, intitulado *Pão partido em pequeninos*. Uma vez que, ensina Bernardes, “os exemplos nos ficam mais impressos na memória do que as Escrituras”⁴, servia-se o oratoriano à farta dos *causos* maravilhosos, fundindo o ensinar ao deleitar. Como se percebe — e aí está a segunda propriedade persuasiva dos *causos* —, os *exempla-moralidade* podiam substituir as Escrituras, porque eram o cumprimento no plano terrestre e humano dos ditames sagrados. Baixava a doutrina ao plano da

⁴ BERNARDES, Pe. Manuel. *Sermões e práticas*. SP: Anchieta, 1733, p. 495. vol. II.

experiência fenomênica, oferecendo-se viva ao exame e consideração do ouvinte e/ou leitor.

O recurso ao expediente retórico-persuasivo representado pelos *causos* de proveito e exemplo ilustra a maneira mais simples de como o arsenal literário pode estar a serviço da doutrina religiosa. Caberia aqui uma pergunta incômoda: por que servir-se a Religião de expedientes literários como veículo de ensinamentos teológicos e morais? O padre Manuel Bernardes já nos deu parte da resposta: expedientes literários e retórico-persuasivos constituem-se em veículo mais adequado e/ou convincente para o esclarecimento e/ou convencimento do fiel. E isso ocorre porque tais expedientes literários tornam mais acessível, insidiosa e agradável tanto a complexidade como o caráter abstrato ou a sensorialidade da doutrina.

Completar-se-ia a resposta à pergunta — por que a Religião se serve da Literatura — com a consideração de uma identidade essencial que aproxima e irmana os discursos literário e religioso. Onde residiria essa identidade essencial? Na circunstância de o discurso divino, inscrito nas Sagradas Escrituras ou na realidade natural e fenomênica, ser artístico por excelência. Ambos os discursos, o literário e o religioso, comungam seja do mítico poder genesíaco — Verbo deflagrador da realidade — seja da essência metafórica e motivada dos signos empregados.

A exemplo de todo bom autor (e criador), Deus revela-se, na pena de seus profetas e evangelistas, um artífice da palavra, manifestando artística consciência no emprego e manipulação do signo linguístico (para não falarmos no discurso da Natureza, da realidade fenomênica). O Padre Antônio Vieira, hábil intérprete das letras divinas, é quem nos adverte num de seus sermões: “Uma das maiores excelências das Escrituras divinas é não haver nelas nem uma palavra, nem sílaba, nem ainda letra que seja supérflua ou careça de mistério.”⁵

Assim sendo, para determinar o(s) sentido(s) de um texto sagrado é preciso — à imagem e semelhança do que ocorre no processo de análise e interpretação literária — observar atentamente cada palavra, cada forma flexionada, cada parte ou sílaba da palavra, além da ordem e disposição dos vocábulos na oração, das orações nos períodos e/ou parágrafos.

Segundo os exegetas bíblicos, seja semântica ou sintaticamente, nada é gratuito, arbitrário ou imotivado na palavra e discurso divinos. Para decodificar a metafórica

⁵ VIEIRA, Antônio. *Os sermões do Padre Antônio Vieira*. SP: Anchieta, 1943-1945. vol. IV, p. 46-47.

linguagem divina, teólogos e intérpretes realizam um trabalho de análise e interpretação literária. Observe-se, por exemplo, a análise estilística a que se entrega Vieira, a fim de captar o recôndito significado inscrito pela Divindade num trecho do Evangelho de S. João (VI, 57), a tratar do mistério da Eucaristia:

Qui manducat meam carnem, et bibit meum sanguinem, in me manet, et ego in illo. Quem come o meu corpo, e bebe o meu sangue (diz Cristo) está em mim, e eu estou nele. (...) Reparo muito nesta duplicação de termos: ele em mim, e eu nele. Se Cristo na Comunhão pretendia somente unir-se conosco, um destes termos bastava e o outro era supérfluo. Provo (...) Pois se para explicar a união que há entre Cristo e o que comunga, bastava qualquer destes termos, por que os dobra e multiplica Cristo? Por isso mesmo. Dobra Cristo e multiplica os termos, porque também a união se dobra e se multiplica. Se a união fora uma só, bastava dizer: *In me manet* ou *ego in illo*; mas diz: *in me manet, et ego in illo* duplicadamente, para significar as duas uniões que obra naquele mistério: uma união imediata com que nos unimos a Cristo, e outra união mediata, com que mediante Cristo nos unimos entre nós.

6

Como se depreende, utilizando, seja do ponto de vista semântico ou sintático, uma linguagem metafórica e polissêmica por excelência (na medida em que o mundo concebido como múltiplo reflexo do Verbo rompe a arbitrariedade *Significante/Significado* dos signos inscritos na Natureza ou nas Escrituras), o discurso da Divindade aproxima-se, inclusive pela consciência e acuidade artesanal, do literário. E nós nos aproximamos daquela zona fronteira em que os limites da Religião e da Literatura se tocam para em seguida apartarem-se.

5 Terceira estação: o Verbo por fazer-se Carne

Que zona fronteira é essa, ao mesmo tempo de encontro e distinção dos territórios religioso e literário?

O âmbito de um mistério basilar do Catolicismo — o da transubstanciação do Verbo em carne. É no mistério do *Verbo caro factum*, do Verbo feito carne, que as fronteiras da Literatura e Religião se encontram, para, concomitantemente, demarcarem e distinguirem os terrenos que lhe são próprios.

Sabe-se que o mistério fulcral da doutrina católica é o da encarnação: o Verbo feito carne. Assim o ensinou o próprio Deus enviando seu Filho e Nele encarnando-se. Deus, nas Escrituras, é o Verbo; Cristo é o Verbo feito carne. Ou seja, Deus, como Verbo, é *significante* cujo *significado* está encarnado e corporificado em Cristo. Verbo,

⁶ *Id. ibid.*, vol. IX, p. 96-97.

Deus é *significante* cujo *significado* só se realiza em quem encerre seus ensinamentos e doutrina — do contrário, será letra morta, muda, por cumprir-se.

O que está o Verbo a troar nas Escrituras se não que alguém O encarne, vivenciando-lhe a doutrina? Para que se cumpra o mistério basilar do Catolicismo é preciso, portanto, que o Verbo, a Escritura, a doutrina (sinonímicos na concordância) se torne carne e se corporifique no homem. Do contrário, o Verbo, predicativo por natureza, estará enclausurado numa estéril intransitividade, não passando de *Significante* à procura de seu *Significado* no homem ou na realidade fenomênica.

A Contra-Reforma, seja ao servir-se da arte pictórica seja ao encarecer a necessidade de a Igreja formar pregadores capazes de convencer e comover pedras, manifestava aguda consciência de que a religião católica, para cumprir seu mistério e objetivo de Verbo feito carne, encontraria na pintura e mais particularmente na Literatura, graças aos seus recursos retórico-persuasivos, os meios mais adequados e eficazes para cumprir-se e realizar-se.

E o que é mais significativo nessa relação entre a Religião e a Literatura: o Verbo, em sua ânsia de tornar-se carne, cumpre-se e realiza-se, como realidade ôntica, corporificado numa figura literária chamada metonímia — tropo que se funda numa interação de causa e efeito e/ou de lógica contiguidade, que permite(m) identificar e nomear um ser com e por outro. Assim (quem não o sabe?) tomamos uma cerveja pela marca (Brahma, Kaiser, etc.), um vinho (do Porto), *champagne* ou *cognac* por sua origem demarcada. Graças à metonímia é que tomamos ou identificamos um compositor por sua música (ouvir Bach, Vivaldi). É por intermédio da metonímia que “lemos” um autor por sua obra. Deste ângulo, é na metonímia que a literatura doutrinal de cunho religioso encontra sua razão de ser e existir.

A doutrina católica — ousaria dizer que toda e qualquer doutrina religiosa — quer ser metonímia: deseja que seus ensinamentos, encarnados e corporificados, sejam “lidos” na vida e exemplo do homem. Não é por acaso que a primeira regra persuasiva de um bom doutrinador religioso é ser vida e exemplo, é ser compêndio vivo da doutrina que divulga. “Viram os ouvintes em nós o que nos ouvem a nós, e o abalo e os efeitos do sermão seriam muito outros” — diz Vieira, um lídimo representante da milícia contra-reformista.

Com quem os pregadores e doutrinadores aprenderam que a primeira regra persuasiva é ser metonímia? Com o próprio Deus, responde Vieira:

Quis Deus converter o mundo, e que fez? — Mandou ao mundo seu filho feito homem. Notai. O Filho de Deus, enquanto Deus é palavra de Deus, não é obra de Deus: *Genitum, nom factum*. O Filho de Deus, enquanto Deus e Homem, é palavra de Deus e obra de Deus juntamente: *Verbo caro factum est*. De maneira que até de sua palavra, desacompanhada de obra, não fiou Deus a conversão dos homens.⁷

Não é por acaso, pois, que o Padre Manuel Bernardes num de seus sermões (*Prática na Domingo Segunda da Quaresma*) considera Cristo a corporificação da metonímia, dizendo “que a humanidade de Cristo Senhor nosso é livro” que “se abriu na estante da Cruz para poder ser lido publicamente”. Cristo é livro aberto na cruz porque sua vida compendia e encarna a doutrina. Podemos ler Cristo, livro aberto na cruz, porque sua existência é a transliteração da obra em vida, é a transubstanciação do Verbo em carne. Em suma teológica, é a realização do mistério basilar do Catolicismo na metonímia.

Se a Religião encontra sua razão de ser e cumprir-se numa figura literária — a metonímia —, a Literatura, por seu turno, tendo a possibilidade de ser metonímia, não deseja, contudo, sê-lo. Na Literatura, o Verbo pode ser carne, — isto é, objetivar-se,

realizar-se e corporificar-se no mundo fenomênico —, mas, ao contrário da Religião, não tem a finalidade precípua de ser discurso transliterado em carne. Aquela advertência que geralmente lemos ao fim de um filme — toda e qualquer semelhança com pessoas vivas ou mortas ou fatos realmente acontecidos terá sido mera coincidência — aplica-se perfeitamente à Literatura, pois encerra sua essência ficcional e finalidade. Podendo realizar-se metonimicamente em carne, o Verbo literário, ao contrário do religioso, satisfaz-se com a *possibilidade* de encarnar-se ou corporificar-se. A célebre frase de Oscar Wilde, — a preceituar que a vida sabe melhor imitar a arte que a arte sabe imitar a vida —, assinala, a um tempo, a possibilidade e a recusa de a Literatura ser metonímia.

6 Estação final

Em suma, na Literatura o Verbo pode ser carne, mas não o deseja primordialmente. Se ocorrer a transliteração do Verbo em vida, encarnado em seres e/ou

⁷ *Id.Ib.* p.30

episódios inscritos na realidade fenomênica, terá sido mera coincidência. A metonímia é para a Literatura uma possibilidade, não um objetivo, pois seu espaço geográfico é o da ficção, o do *poder ser*, o *possível verossímil*, segundo preceituava Aristóteles em sua *Arte Poética*.

Já a Religião, se não desejasse ser metonímia — isto é, ver sua doutrina transliterada e “lida” no homem e na realidade —, estaria destituída de sentido, pois seu espaço sagrado só se funda, enquanto real fenomênico, no aqui e agora. Se assim não for, o Verbo soa como letra morta ou muda, recluso na clausura de um tempo e espaço sagrados e distantes, passíveis de descrença, tornados mera ficção.

Na expressão *à imagem e semelhança de*, tão ressoante da sacralidade que lhe imprimiu o *Gênesis*, acha-se a linha fronteira demarcatória da relação Verbo → Homem → Vida nos discursos literário e religioso. Na Literatura, o Verbo quer apenas ser *à imagem e semelhança* do homem e da vida. Na Religião, o Verbo quer o homem e a vida *à sua imagem e semelhança*. Na metonímia por fazer-se, — graças à transliteração *casual* ou *desejada* do Verbo em carne —, repousa o livre arbítrio. Que, ao cabo, distingue as vontades da Religião e da Literatura.